

BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;
3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

*Baseado no formato de prova
aplicado pela banca CGV*



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):** marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:** marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2508089598M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO:

Bloco Temático 5 - Administração

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

08/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

08/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 3º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS) (PÓS-EDITORIAL)

Eixo temático 1 – Gestão Governamental e Governança Pública: estratégia, pessoas, projetos e processos

Rafael Barbosa

1

Em uma organização pública, a adoção de tecnologias de automação inteligente e inteligência artificial permitiu reduzir significativamente o tempo de execução de tarefas repetitivas, aumentar a acurácia na análise de dados e liberar profissionais para atividades mais estratégicas. Nesse contexto, o principal benefício observado está associado à (ao)

- (A) substituição completa da força de trabalho por sistemas automatizados, eliminando custos trabalhistas.
- (B) aumento da eficiência operacional e melhor alocação de recursos humanos.
- (C) eliminação definitiva da necessidade de supervisão humana nos processos.
- (D) implementação automática de decisões estratégicas sem participação humana.
- (E) redução da complexidade organizacional por meio da eliminação de todos os setores administrativos.

2

Considere as seguintes afirmativas sobre Inteligência Artificial, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A Inteligência Artificial, apesar de ser uma tecnologia disruptiva com o potencial de mudar o mundo, deve ser utilizada e gerenciada com cautela, ante o risco de apresentar vieses.
- () A Inteligência Artificial, tanto no setor público quanto privado, possui diversas aplicações práticas, como racionalização de processos, aprimoramento do autoatendimento e sistemas de recomendações.
- () A Inteligência Artificial apresenta riscos éticos, pois é uma ferramenta que pode ser usada para otimizar processos ou destruir processos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

3

Em uma empresa de tecnologia, Joana recebeu a proposta de liderar um projeto estratégico com alta visibilidade. Antes de aceitar, ela avaliou três aspectos:

- Se teria condições técnicas e apoio da equipe para entregar um bom resultado.
- Se a entrega bem-sucedida desse projeto aumentaria suas chances de promoção.
- O quanto ela realmente desejava essa promoção, considerando seus planos pessoais e profissionais.

No contexto da Teoria da Expectância, de Victor Vroom, os aspectos avaliados por Joana correspondem, respectivamente, à

- (A) expectância, instrumentalidade e valência.
- (B) valência, expectância e instrumentalidade.
- (C) instrumentalidade, valência e expectância.
- (D) expectância, valência e instrumentalidade.
- (E) instrumentalidade, expectância e valência.

4

Em uma empresa, o gerente de equipe notou que alguns funcionários têm o hábito de chegar atrasados com frequência. Para corrigir esse comportamento, ele decide:

- Aplicar advertências formais a cada atraso;
- Retirar o benefício de sair mais cedo às sextas-feiras para aqueles que acumularem três atrasos no mês;

No contexto da Teoria do Reforço de Skinner, as estratégias adotadas correspondem, respectivamente, a:

- (A) Punição e extinção.
- (B) Reforço negativo e punição.
- (C) Extinção e reforço positivo.
- (D) Punição e reforço negativo.
- (E) Reforço positivo e extinção.

5

Durante um diagnóstico organizacional, uma consultoria identificou que a empresa realiza reuniões semanais para celebrar conquistas de equipe, utiliza um espaço físico aberto para estimular a comunicação e mantém um código de vestimenta casual para reforçar a imagem de ambiente descontraído.

No modelo de níveis da cultura organizacional proposto por Edgar Schein, esses elementos correspondem a:

- (A) Pressupostos básicos, o nível mais profundo da cultura.
- (B) Valores compartilhados, o nível intermediário da cultura.
- (C) Artefatos, o nível mais superficial da cultura.
- (D) Clima organizacional, relacionado a percepções temporárias.
- (E) Símbolos de integração, que representam normas implícitas.

6

Em uma organização multinacional, os valores centrais são amplamente conhecidos e aceitos por todos os funcionários, influenciando fortemente seus comportamentos e decisões. Essa organização apresenta baixa rotatividade, alto engajamento e forte coesão interna, mas também demonstra resistência a mudanças significativas. Essa descrição corresponde a uma cultura organizacional classificada como:

- (A) Cultura fraca, caracterizada pela baixa influência nos comportamentos.
- (B) Cultura adaptativa, que valoriza mudanças constantes.
- (C) Cultura forte, com valores essenciais intensamente compartilhados.
- (D) Cultura inovadora, baseada na assunção de riscos e flexibilidade.
- (E) Cultura formal, centrada em regras e regulamentos escritos.

7

No gerenciamento da qualidade em projetos, segundo o Guia PMBOK 6ª edição, o processo que envolve o monitoramento e o registro dos resultados da execução das atividades, para avaliar o desempenho e recomendar mudanças, é denominado:

- (A) Planejar o gerenciamento da qualidade.
- (B) Controlar a qualidade.
- (C) Garantir a qualidade.
- (D) Verificar o escopo.
- (E) Monitorar os riscos.

8

O PMBOK 7ª edição apresenta princípios norteadores do gerenciamento de projetos. O princípio que enfatiza a importância de ajustar práticas, ferramentas e métodos às necessidades específicas do projeto é denominado:

- (A) Adaptação (Tailoring).
- (B) Visão sistêmica.
- (C) Qualidade.
- (D) Complexidade.
- (E) Intendência (Stewardship).

9

Uma equipe de desenvolvimento adota um método no qual o trabalho é dividido em ciclos curtos e fixos de tempo, chamados sprints, com reuniões diárias rápidas para acompanhar o progresso e remover impedimentos. Essa abordagem está associada principalmente ao:

- (A) Scrum.
- (B) Kanban.
- (C) XP (Extreme Programming).
- (D) Lean.
- (E) PRINCE2 Agile.

10

De acordo com o Guia PMBOK, o ciclo de vida de um projeto pode ser preditivo, iterativo, incremental ou adaptativo. No ciclo de vida adaptativo, também conhecido como ágil:

- (A) O escopo é definido detalhadamente no início e não sofre alterações durante o projeto.
- (B) O trabalho é realizado em iterações curtas que permitem incorporar feedback e mudanças rapidamente.
- (C) A entrega só ocorre ao final do projeto, quando todos os requisitos são concluídos.
- (D) O cronograma e os custos são fixados integralmente antes da execução.
- (E) O cliente só participa das fases de iniciação e encerramento.

Eixo temático 1 – Gestão Governamental e Governança Pública: estratégia, pessoas, projetos e processos

Cosme Sérgio

11

Durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), uma secretaria estadual percebeu que a execução de um programa de habitação popular enfrentava alto risco de atrasos por causa de entraves fundiários. A equipe, então, adotou medidas preventivas e criou indicadores para monitorar esse risco ao longo dos anos.

A ação descrita está mais relacionada a qual princípio da gestão de riscos?

- (A) Supressão de riscos não quantificáveis.
- (B) Centralização do controle orçamentário.
- (C) Proatividade e prevenção.
- (D) Reação institucional imediata.
- (E) Supressão das incertezas operacionais.

Eixo Temático 2 - Gestão Governamental e Governança Pública: riscos, inovação, participação, coordenação e patrimônio

Cosme Sérgio

12

O Governo Federal criou uma plataforma online que permite ao cidadão acompanhar, em tempo real, o andamento de obras públicas em sua localidade, visualizar contratos e fazer denúncias sobre irregularidades. A ferramenta integra dados de diferentes órgãos públicos e oferece linguagem acessível.

A iniciativa descrita é um exemplo de:

- (A) Inteligência artificial aplicada ao controle interno.
- (B) Big Data destinado à automação do processo decisório.
- (C) Governo eletrônico orientado à transparência e participação.
- (D) Centralização das decisões administrativas pelo Executivo.
- (E) Delegação de tarefas estatais a entidades privadas.

13

Na elaboração do Plano Diretor de uma cidade, a prefeitura organizou audiências públicas, promoveu consultas online e convidou representantes de associações civis, universidades e conselhos municipais para debater os rumos do desenvolvimento urbano.

A estratégia de participação adotada pode ser considerada:

- (A) Um simulacro de gestão colaborativa, pois não altera decisões já tomadas.
- (B) Excesso de burocracia que retarda o processo decisório técnico.
- (C) Prática exclusiva de planejamento em cidades de grande porte.
- (D) Mecanismo ineficaz por permitir apenas manifestações consultivas.
- (E) Instrumento legítimo de democracia participativa e controle social.

14

Um órgão da administração direta implantou um sistema baseado em IA para agilizar a triagem de processos administrativos e identificar documentos com maior risco de erro ou fraude. A adoção da tecnologia permitiu a redução de retrabalho e a alocação mais eficiente de servidores.

Com base na descrição, a inteligência artificial está sendo usada como:

- (A) Substituição integral da função decisória humana.
- (B) Mecanismo de auditoria fiscal externa.
- (C) Ferramenta de apoio à decisão e qualificação da gestão.
- (D) Sistema autônomo com capacidade de deliberação jurídica.
- (E) Barreira à descentralização das políticas públicas.

15

Um gestor público decide implementar um sistema interno de identificação de riscos em projetos de grande porte. A iniciativa inclui capacitação da equipe, categorização dos riscos por impacto e probabilidade, criação de planos de mitigação e revisão periódica das ações.

Essa medida representa:

- (A) Uma prática comum restrita ao setor privado.
- (B) A adoção de boas práticas de governança e gestão de riscos.
- (C) Um desvio de foco da missão institucional para controles burocráticos
- (D) A delegação indevida de responsabilidade à área de compliance.
- (E) Uma estratégia de marketing institucional sem impacto real.

16

Uma prefeitura firmou uma parceria com uma ONG local para implementar um programa de apoio psicossocial a mulheres em situação de violência. O instrumento jurídico utilizado foi o Termo de Colaboração, precedido de chamamento público, com recursos oriundos do orçamento municipal. Com base nas diretrizes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), assinale a alternativa correta:

- (A) O termo de colaboração é indicado quando a iniciativa parte exclusivamente da OSC.
- (B) O chamamento público não é necessário quando há interesse público evidente.
- (C) O instrumento correto seria o contrato de gestão, previsto para qualquer atividade de interesse social.
- (D) A parceria descrita está adequada, pois segue a lógica de fomento com recursos públicos e ação estatal.
- (E) O MROSC não se aplica a municípios com menos de 100 mil habitantes.

17

Em um programa nacional de enfrentamento à fome, foi necessário alinhar ações entre União, Estados e Municípios, definindo responsabilidades, cronogramas e metas compartilhadas. Além disso, houve articulação com movimentos sociais e conselhos de segurança alimentar. A iniciativa descrita evidencia uma estratégia de:

- (A) Coordenação intragovernamental, voltada apenas à esfera federal.
- (B) Descentralização operacional com ruptura federativa.
- (C) Governança técnica sem envolvimento político-institucional.
- (D) Coordenação intergovernamental e governo-sociedade.
- (E) Contratualização vertical entre órgãos do Poder Judiciário.

18

Durante uma auditoria em uma secretaria estadual, identificou-se que a ausência de um sistema unificado de controle patrimonial resultava em perdas e extravios frequentes de bens móveis, dificultando o inventário e a responsabilização dos servidores. Com base em boas práticas de administração patrimonial, a situação descrita evidencia a necessidade de:

- (A) Substituir os bens móveis por bens de consumo com rastreabilidade.
- (B) Implementar controle baseado em gestão documental arquivística.
- (C) Adotar sistema informatizado de gestão de patrimônio com rastreabilidade e integração.
- (D) Eliminar a etapa de inventário físico, tornando-o exclusivamente contábil.
- (E) Delegar o controle de patrimônio às organizações da sociedade civil parceiras.

19

Durante a pandemia de COVID-19, um estado brasileiro enfrentou dificuldades na entrega de insumos hospitalares por causa da desarticulação entre os centros de distribuição e os pontos de atendimento. A falta de previsibilidade e de informações compartilhadas agravou a situação. Nesse contexto, a falha pode ser atribuída à ausência de:

- (A) Plano de cargos e salários para os motoristas e servidores da logística.
- (B) Política de estoque mínimo baseada em critérios tributários.
- (C) Sistema integrado de gestão da cadeia de suprimentos.
- (D) Contrato de terceirização total do sistema de transporte público.
- (E) Avaliação de desempenho dos profissionais da saúde.

20

Um tribunal estadual implementou um sistema de automação logística que permite o acompanhamento digital da movimentação de processos administrativos, materiais permanentes e compras em tempo real. A medida aumentou a eficiência e reduziu erros humanos. Essa prática é exemplo de:

- (A) Transformação digital aplicada à gestão logística pública.
- (B) Planejamento estratégico do setor produtivo.
- (C) Logística reversa compulsória de resíduos tecnológicos.
- (D) Externalização da cadeia de valor do serviço público.
- (E) Substituição do controle patrimonial pela digitalização de documentos.

21

Durante o planejamento estratégico de uma secretaria estadual de saúde, a equipe técnica elaborou um conjunto de indicadores para monitorar o desempenho das ações do programa de atenção primária. Entre os indicadores definidos, estavam: taxa de cobertura vacinal, tempo médio de atendimento nas unidades básicas de saúde e índice de satisfação do usuário. Contudo, a coordenação percebeu que alguns desses indicadores estavam sendo interpretados de forma equivocada pelos gestores.

Com base na concepção e uso de indicadores de desempenho no setor público, assinale a alternativa correta:

- (A) Todos os indicadores mencionados são exclusivamente qualitativos, pois tratam de percepções e impressões dos usuários.
- (B) Indicadores de desempenho são métricas que servem apenas para justificar gastos públicos perante os órgãos de controle externo.
- (C) Um bom indicador deve ser relevante, mensurável, compreensível e útil para a tomada de decisão.
- (D) A taxa de cobertura vacinal não é considerada um indicador de desempenho, pois mede apenas volume de serviços.
- (E) O índice de satisfação do usuário é um indicador de insumo, pois se refere à infraestrutura da unidade.

Eixo Temático 2 - Gestão Governamental e Governança Pública: riscos, inovação, participação, coordenação e patrimônio

Vitor Kessler

22

Um município deseja ampliar o acesso da população aos seus serviços por meio da disponibilização de plataformas digitais, integradas com sistemas de autenticação e acompanhamento em tempo real. Essa iniciativa está mais associada a (à):

- (A) Transparência ativa.
- (B) Inovação aberta.
- (C) Governo eletrônico.
- (D) Cocriação de políticas públicas.
- (E) Governo baseado em dados.

23

Uma secretaria estadual pretende implementar um sistema de apoio à decisão que indique a probabilidade de evasão escolar com base no histórico do aluno e alerte os gestores automaticamente. Uma preocupação ética que pode surgir nesse processo é:

- (A) O aumento da produtividade dos servidores.
- (B) A dificuldade de coleta de dados públicos.
- (C) A possibilidade de enviesamento do modelo de IA.
- (D) A limitação da conectividade em áreas rurais.
- (E) O baixo engajamento das famílias na escola.

Eixo Temático 3 - Políticas Públicas

Leonardo Albernaz

24

Considerando as diferentes conceituações de políticas públicas, assinale a única opção incorreta:

- (A) Podem ser entendidas como padrões de decisões e ações do Estado orientados por objetivos, regras e valores, com efeitos observáveis.
- (B) Omissões deliberadas podem compor a política, quando a não intervenção é escolhida e sustentada por justificativas e arranjos institucionais.
- (C) A definição inclui múltiplas arenas, e não apenas a edição de normas.
- (D) Consistem em programas formalizados por leis ou decretos, não abrangendo regulações, incentivos econômicos ou arranjos de governança.
- (E) A materialização pode ocorrer por combinações de instrumentos, como regulação, financiamento, prestação direta, entre outros, variando conforme o problema.

25

As diversas variações do ciclo de políticas públicas correspondem a esforços para descrever e analisar suas etapas constituintes. Sobre o processo de políticas públicas, é correto afirmar que:

- (A) O ciclo prescreve uma sequência juridicamente definida e cronograma uniforme entre agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação.
- (B) A avaliação tem função exclusivamente terminal, ocorrendo, portanto, após o encerramento de programas.
- (C) O ciclo é um modelo analítico que organiza etapas recorrentes, mas admite sobreposições, idas e vindas e retroalimentações entre estágios.
- (D) Ao contrário da formação da agenda, a formulação deve ocorrer de modo isolado da arena política, para evitar contaminação de decisões técnicas por interesses políticos.
- (E) A definição de agenda decorre de rotina administrativa, pouco sensível a eventos críticos, mídia ou mobilização social.

26

Em relação às fases que compõem os modelos correntes de ciclo de políticas públicas, analise os itens seguintes e identifique o item incorreto:

- (A) A distinção entre produtos e efeitos ajuda a conectar execução a resultados sociais, favorecendo aprendizagem entre etapas.
- (B) Avaliação de processo pode ocorrer em paralelo à implementação e informar ajustes de meio de curso.
- (C) Análise *ex ante* pode apoiar a formulação por meio de estimativas de custo e efeitos esperados.
- (D) A definição de agenda é interna ao Poder Legislativo e pouco sensível a atores externos.
- (E) Monitoramento frequente com metas pactuadas pode retroalimentar a formulação e a decisão orçamentária.

27

Diante de políticas intersetoriais com alta interdependência, como saúde, assistência e educação na primeira infância, o Estado precisa organizar atores, reduzir assimetrias de informação e dar direção estável ao longo de ciclos políticos. Nessa perspectiva, identifique a alternativa que traduz melhor o papel do Estado em contextos de governança colaborativa.

- (A) Focar na eficiência operacional cotidiana e deixar que redes espontâneas definam prioridades estratégicas.
- (B) Transferir a coordenação para atores privados, preservando somente as funções residuais de fiscalização.
- (C) Conduzir decisões por meio de comitês técnicos, cuidando para evitar expor as escolhas por intermédio de mecanismos de *accountability*.
- (D) Priorizar ações sob a governança intragovernamental, direcionando o alinhamento federativo a casos emergenciais.
- (E) Articular cooperação entre entes e setores, preservar capacidades estatais críticas, definir direção estratégica e fortalecer regras de responsabilização e transparência.

28

Uma secretaria deseja fortalecer a burocracia de Estado para sustentar políticas de longo prazo com responsividade a contextos locais. Considerando princípios de administração pública e governança, não se pode afirmar que:

- (A) Profissionalização, seleção por mérito e carreiras estáveis tendem a reduzir decisões personalistas e aumentar previsibilidade na ação estatal.
- (B) Rotinas e procedimentos padronizados contribuem para consistência e segurança decisória, desde que submetidos a revisão periódica diante de novas evidências.
- (C) A atuação burocrática deve restringir-se ao cumprimento de normas formais, sem consequências por resultados ou aprendizagem institucional, sob pena de ativismo técnico.
- (D) Mecanismos de transparência, avaliação e controle apoiam confiança pública, qualificação de decisões e correção de rumos.
- (E) Especialização técnica e memória organizacional favorecem continuidade, preservando conhecimento acumulado para além de ciclos políticos.

29

Em políticas com heterogeneidade de casos, como na proteção social e cuidados de saúde mental em territórios diversos, gestores querem administrar a discricionariedade para reduzir vieses e promover equidade, mas sem paralisar o julgamento profissional. Identifique o desenho mais coerente com esse objetivo:

- (A) Especificar minuciosamente todos os procedimentos para eliminar margem de julgamento na ponta.
- (B) Adotar diretrizes de princípio, critérios explícitos de priorização, registros padronizados de decisão, supervisão e auditorias periódicas sobre os efeitos.
- (C) Evitar padronização de registros para assegurar flexibilidade total às equipes locais.
- (D) Substituir deliberação profissional por algoritmos preditivos, dispensando auditoria e explicabilidade.
- (E) Vincular o desempenho a metas quantitativas de produtividade individual, deixando decisões complexas a critério de cada servidor.

30

Um conjunto de municípios pretende organizar arranjos institucionais para serviços de saneamento e manejo de resíduos em escala regional. Nesse contexto, não é correto afirmar que:

- (A) Consórcios intermunicipais podem viabilizar escala de investimento e operação, reduzindo custos unitários e fortalecendo planejamento territorial.
- (B) Regras de governança com clareza de papéis, rateio e mecanismos de resolução de conflitos aumentam previsibilidade e aderência entre os entes.
- (C) A inclusão de equipes operacionais nas instâncias deliberativas melhora a exequibilidade das decisões e a adaptação ao contexto local.
- (D) A confiança entre entes públicos tende a substituir a necessidade de marcos regulatórios e contratos formais, simplificando a coordenação.
- (E) Metas pactuadas, indicadores e rotinas de monitoramento permitem corrigir rumos e alinhar incentivos entre os participantes.

31

Suponha que um estado pretenda expandir a rede de atenção primária móvel em regiões com baixa densidade populacional, reduzindo variações de acesso entre seus municípios. Considere ainda que a capacidade administrativa local é heterogênea e o governo busca previsibilidade financeira, alinhamento federativo e foco em resultados de saúde, como cobertura efetiva e acompanhamento contínuo da população. Analise as alternativas seguintes e identifique a combinação de instrumentos mais coerente com esses objetivos.

- (A) Cofinanciamento com contrapartida estadual maior para municípios de menor capacidade, repasses condicionados a planos com metas de resultado, acordos de gestão com indicadores de qualidade e apoio a consórcios intermunicipais para compra, manutenção e operação das unidades móveis.
- (B) Transferências per capita ajustadas por porte populacional e ruralidade, com metas focadas na quantidade de atendimentos, execução descentralizada e compras individuais pelos municípios.
- (C) Fundo setorial com tetos regionais e cronograma trimestral de repasses, adiantamentos de recursos para garantir previsibilidade e guias de boas práticas para os municípios, sem impor condicionalidades.
- (D) Inicialmente, acordos de gestão baseados sobretudo no número de atendimentos e em bônus por cobertura alcançada, com metas definidas pela secretaria estadual, de forma que a cooperação intermunicipal seria tratada em etapa posterior.
- (E) Convênios plurianuais com valores de referência por serviço executado, contrapartida uniforme entre os municípios e autonomia para cada município definir suas metas e indicadores individualmente.

32

Uma autarquia pretende implantar um sistema de monitoramento para gestão e orçamento. Considerando boas práticas sobre uso indicadores e processos de acompanhamento, não é recomendável:

- (A) Ancorar indicadores em uma teoria do programa, conectando recursos, atividades, produtos e resultados esperados.
- (B) Priorizar métricas e indicadores de insumo, pela facilidade de coleta e precisão dos dados.
- (C) Estabelecer rotinas de relato em periodicidade compatível com o ciclo decisório, com devolutivas para equipes executoras.
- (D) Documentar regras de qualidade dos dados, com transparência sobre métodos e limitações.
- (E) Integrar metas e painéis gerenciais a mecanismos de ajuste e realocação orçamentária durante o exercício.

33

Um programa de alfabetização em escala nacional precisa avaliar impactos sobre aprendizagem para apoiar decisões no ciclo orçamentário seguinte. Há dados administrativos de anos anteriores e diferenças de elegibilidade por idade e série. Indique o caminho metodológico mais adequado para inferir efeitos com validade e utilidade para a gestão:

- (A) Estudo de caso aprofundado em poucas escolas, gerando recomendações qualitativas gerais.
- (B) Auditoria de conformidade com normas e manuais, priorizando checagem documental.
- (C) Desenho quase-experimental, explorando a regra de elegibilidade, com checagens de robustez e análises de heterogeneidade.
- (D) Pesquisa de satisfação com docentes e famílias como principal medida de êxito.
- (E) Revisão de literatura internacional para embasar ajustes, dispensando o uso dos dados nacionais do programa.

34

Uma secretaria discute como articular custo-benefício, efetividade e equidade na priorização de projetos. Acerca desses conceitos, identifique a alternativa incorreta:

- (A) A análise custo-benefício compara custos e benefícios em base comum, desde que as premissas e incertezas estejam explícitas.
- (B) Efetividade observa resultados no público-alvo, em diálogo com metas acordadas e indicadores de resultado.
- (C) Análises distributivas ajudam a entender como benefícios e custos incidem sobre diferentes grupos e territórios.
- (D) Projetos com maior razão benefício-custo devem ser priorizados mesmo quando concentram ganhos em grupos já favorecidos, pois correspondem à alocação mais eficiente de recursos públicos.
- (E) Combinar métricas econômicas com metas de acesso e focalização aproxima escolhas dos objetivos públicos e de critérios de justiça.

35

Um governo pretende institucionalizar o uso de evidências conectando análise e orçamento (PPA, LDO, LOA), reduzindo, ainda, assimetrias entre áreas técnicas e decisórias. Assim, quanto ao desenho adequado de governança, deve-se:

- (A) Produzir relatórios técnicos sem protocolos comuns de qualidade e disponibilizá-los em repositório sem curadoria.
- (B) Estruturar uma rede de unidades de evidência setoriais, com protocolos de síntese, repositórios com metadados, rotinas de uso nos ciclos orçamentários e equipes de tradução do conhecimento para apoiar tomadores de decisão.
- (C) Concentrar as sínteses de evidência em um núcleo central, minimizando a necessidade de produção setorial para evitar divergências metodológicas.
- (D) Vincular parcela relevante do orçamento a índices de satisfação do usuário como indicador principal de efetividade.
- (E) Priorizar estudos internacionais, para reduzir custos e acelerar as decisões.

Eixo Temático 4 - Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras na Administração Pública

Flávio Assis

36

Em um contexto de desaceleração econômica e pressão por responsabilidade fiscal, o governo federal anuncia uma proposta de reforma fiscal estruturada em três eixos: (i) reestruturação dos tributos sobre o consumo; (ii) revisão dos subsídios e incentivos fiscais ineficientes; e (iii) realocação de gastos públicos com base em avaliação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, mantém programas de transferência de renda e adota medidas anticíclicas pontuais, como antecipação de investimentos públicos estratégicos.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa que melhor interpreta, à luz das teorias de finanças públicas e da realidade fiscal brasileira, os fundamentos da atuação estatal descrita:

- (A) A atuação descrita representa um recuo da intervenção estatal, pois a reestruturação tributária e o corte de incentivos limitam a capacidade do Estado de influenciar o mercado, mesmo com aumento pontual de gastos.
- (B) A adoção de políticas anticíclicas e a revisão de gastos ineficientes revelam a aplicação simultânea das funções distributiva e alocativa do Estado, sem conexão com a função estabilizadora.

(C) As ações combinadas do governo sinalizam uma política fiscal expansionista permanente, típica de regimes de dominância fiscal e incompatível com o controle da inflação.

(D) A combinação entre reforma fiscal, revisão de gastos e estímulos anticíclicos representa uma tentativa de conciliar eficiência econômica com justiça distributiva, dentro dos limites da sustentabilidade fiscal.

(E) A manutenção de programas de transferência de renda, ainda que relevante do ponto de vista social, compromete o equilíbrio macroeconômico e se opõe aos princípios das finanças públicas contemporâneas.

37

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte, a equipe técnica do Ministério do Planejamento identifica a necessidade de revisar os programas finalísticos para alinhar os gastos públicos às prioridades estratégicas do governo, com foco em resultados. Para tanto, busca incorporar instrumentos que permitam melhor avaliação do desempenho, maior controle social e gestão orientada a indicadores, ao mesmo tempo em que observa os limites legais e constitucionais para a alocação dos recursos.

Com base no caso apresentado, e considerando as funções do orçamento público e as principais técnicas orçamentárias, assinale a alternativa correta:

- (A) A proposta de orientar o orçamento por resultados compromete a função alocativa do orçamento, por privilegiar critérios políticos em detrimento da racionalidade técnica.
- (B) A técnica orçamentária mais adequada à gestão por desempenho é o orçamento tradicional, que se baseia na classificação institucional e assegura maior controle contábil.
- (C) O alinhamento entre programas finalísticos, indicadores e prioridades estratégicas é característica do orçamento-programa, técnica que se alinha à função alocativa e ao princípio da eficiência.
- (D) A gestão orientada a resultados é incompatível com o modelo de orçamento público brasileiro, uma vez que a vinculação de receitas inviabiliza a flexibilidade gerencial.
- (E) A função do orçamento que se destaca no caso apresentado é a legislativa, pois cabe exclusivamente ao Congresso Nacional definir metas físicas e indicadores de desempenho dos programas públicos.

38

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária anual da União, o Ministério do Planejamento identificou a necessidade de alterar a previsão de receitas em função de mudanças conjunturais relevantes. No entanto, esse ajuste ocorreu após o prazo previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional. Considerando a estrutura normativa e procedural do ciclo orçamentário e os limites constitucionais aplicáveis ao processo orçamentário, assinale a alternativa correta.

- (A) O atraso no envio do PLOA ao Congresso Nacional, ainda que devidamente justificado por variações econômicas, acarreta nulidade formal do projeto, sendo vedada sua tramitação até reenvio dentro do prazo da LDO.
- (B) O Poder Executivo poderá, após o envio do PLOA, solicitar formalmente sua devolução ao Congresso para ajustes, desde que tal pedido seja validado por ato conjunto da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
- (C) O processo orçamentário da União comporta ajustes técnicos e financeiros posteriores ao envio do PLOA, desde que realizados por emenda parlamentar ou mensagem do Chefe do Poder Executivo e aprovados na Comissão Mista de Orçamento, respeitando os limites constitucionais e legais.
- (D) A etapa de execução orçamentária pode ser iniciada independentemente da aprovação da LOA, mediante decreto presidencial que autorize a execução provisória com base na proposta orçamentária enviada ao Legislativo.
- (E) A aprovação da Lei Orçamentária Anual depende de sanção presidencial, diferentemente da LDO e do PPA, que, por serem leis de iniciativa exclusiva do Executivo, não estão sujeitas à sanção, mas apenas à promulgação.

39

Durante a análise da execução de políticas públicas em determinado exercício, o Tribunal de Contas da União (TCU) verificou que uma série de ações orçamentárias previstas na LOA estavam desconectadas das metas constantes do Plano Plurianual (PPA), além de não estarem contempladas nas prioridades fixadas pela LDO. À luz da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional, e considerando os princípios e a lógica da integração entre os instrumentos de planejamento e orçamento, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de vinculação entre a LOA e o PPA caracteriza vínculo formal insanável, ensejando a suspensão imediata da execução orçamentária pelo TCU, por ferir o princípio da não afetação de receitas.

(B) Embora a LDO deva orientar a elaboração da LOA, o descumprimento de suas diretrizes e metas não implica irregularidade, pois sua natureza jurídica é apenas programática e não vinculante.

(C) O PPA é instrumento exclusivo de planejamento de investimentos, não abrangendo programas de duração continuada, os quais são disciplinados pela LOA e pela LDO.

(D) A execução orçamentária de ações não previstas no PPA ou em desacordo com as diretrizes da LDO fere o princípio da legalidade e pode ser objeto de responsabilização do gestor, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal.

(E) A existência de ações na LOA sem correlação com o PPA configura, no máximo, uma infração ética, passível de registro em relatório circunstanciado pelo controle interno, mas sem repercussões jurídicas concretas.

40

Durante a execução orçamentária de um exercício financeiro da União, uma autarquia federal verificou a insuficiência de dotação em determinada ação orçamentária relacionada a um programa prioritário do PPA. Embora a ação estivesse prevista na LOA, a alocação orçamentária inicial tornou-se tecnicamente inadequada para atender ao volume de demandas surgidas. Diante disso, a unidade gestora solicitou ao órgão setorial de orçamento a abertura de crédito adicional. Considerando as normas constitucionais, a Lei n. 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:

(A) A abertura de crédito adicional suplementar pode ocorrer para reforçar dotação já existente, desde que haja autorização legislativa prévia e indicação dos recursos correspondentes, ressalvada a hipótese de superávit financeiro apurado ao final do exercício.

(B) A abertura de crédito extraordinário exige autorização legislativa e destina-se exclusivamente a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, podendo ser reclassificado como suplementar em caso de continuidade da despesa.

(C) A insuficiência de dotação em ação prevista na LOA pode ser suprida por crédito especial, desde que haja autorização legal específica, e desde que o crédito seja reaberto no exercício seguinte caso não tenha sido totalmente executado.

(D) O crédito suplementar, uma vez aberto por decreto do Executivo com base em autorização legislativa constante da própria LOA, pode ser remanejado livremente entre ações de diferentes programas, desde que respeitado o limite global fixado na lei.

(E) O crédito extraordinário, se aberto por medida provisória da Presidência da República e não convertido em lei no prazo constitucional, terá seus efeitos jurídicos cessados, sendo obrigatória a sustação de qualquer execução posterior ao vencimento da MP.

41

Considerando o momento financeiro dos entes federados, buscando principalmente geração de caixa de forma rápida para cumprir os objetivos atinentes a cada um deles, foi editada recentemente a Lei Complementar n. 208/2024, que dispõe sobre a dívida ativa dos referidos entes. Nesse contexto, está correto afirmar que:

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios poderão ceder onerosamente, desde que haja lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (B) A cessão dos direitos creditórios deverá preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, desde que os privilégios desse crédito não sejam mantidos.
- (C) A cessão dos direitos creditórios deverá ajustar os critérios de atualização ou correção de valores originalmente definidos entre a Fazenda Pública e o devedor.
- (D) A cessão dos direitos creditórios, embora realize-se mediante operação definitiva, não isenta o cedente de responsabilidades caso o devedor contribuinte deixe de efetuar os pagamentos nas datas acordadas.
- (E) A cessão dos direitos creditórios, realizar-se-á até 60 (sessenta) dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo.

42

Durante auditoria realizada pelo tribunal de contas em um Estado da federação, identificou-se que o governo estadual havia registrado como dívida fundada as obrigações decorrentes de contratos de prestação de serviços continuados não pagos há mais de 180 dias, bem como restos a pagar não processados inscritos há dois exercícios. O gestor responsável argumentou que, devendo à antiguidade dos débitos, seria tecnicamente adequado classificá-los como de longo prazo.

Com base na Lei n. 4.320/1964, nas normas contábeis aplicáveis ao setor público e nas classificações das dívidas públicas, assinale a alternativa correta:

- (A) A dívida fundada compreende todas as obrigações de exigibilidade superior a 12 meses, ainda que originalmente classificadas como dívida de curto prazo.
- (B) A inscrição de restos a pagar não processados em exercícios anteriores, ainda pendentes, deve ser reclassificada como dívida fundada por critério temporal, após decorrido o prazo legal de prescrição.
- (C) Obrigações contratuais vencidas e não pagas, independentemente da sua origem, devem ser classificadas como dívida fundada após 180 dias de inadimplemento.

- (D) A classificação entre dívida fundada e dívida flutuante depende não apenas do tempo, mas da natureza e da origem da obrigação; restos a pagar e serviços contratados inadimplidos mantêm-se como dívida flutuante.
- (E) Dívida flutuante é sinônimo de passivo circulante e compreende todas as obrigações exigíveis no exercício, inclusive as decorrentes de operações de crédito internas ou externas.

43

A Secretaria de Fazenda de um ente federativo (estado ou município) é responsável pela gestão de um fundo específico para investimentos em infraestrutura, financiado por uma taxa de fiscalização anual cobrada de empresas que utilizam bens públicos de uso especial. Adicionalmente, a mesma secretaria, em virtude de uma decisão judicial transitada em julgado, recebe um montante referente ao depósito judicial de uma empresa para garantir o pagamento de um débito fiscal, que ainda será objeto de futura compensação.

Considerando a classificação contábil e orçamentária dos ingressos públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) A taxa de fiscalização e o depósito judicial são, ambos, receitas públicas orçamentárias, pois representam ingressos de recursos que aumentam o patrimônio líquido do ente federativo e estão sujeitos à autorização da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (B) O depósito judicial é uma receita extraorçamentária, pois sua natureza é meramente transitória, devendo ser restituído ou revertido ao erário em momento futuro, enquanto a taxa de fiscalização é uma receita orçamentária, por ser um ingresso definitivo de recursos.
- (C) A taxa de fiscalização, por ser uma receita de capital, é extraorçamentária, ao passo que o depósito judicial, por sua característica de receita corrente, é classificado como receita orçamentária.
- (D) Ambos os ingressos são extraorçamentários, visto que a taxa de fiscalização está vinculada a um fundo especial e o depósito judicial possui natureza de terceiro, não integrando a receita pública em sentido estrito.
- (E) A taxa de fiscalização é um ingresso extraorçamentário, pois está vinculada a um fundo, o que a desobriga de figurar na Lei Orçamentária Anual (LOA), e o depósito judicial é receita orçamentária, uma vez que representa um potencial direito do ente público.

44

A Secretaria de Educação de um ente federativo empenhou, em 15 de dezembro de 2024, uma despesa no valor de R\$ 500.000,00 para a aquisição de equipamentos de informática. O fornecedor entregou todos os equipamentos em 28 de dezembro de 2024, e o setor competente atestou o recebimento e a conformidade do material no mesmo dia. No entanto, por questões de fluxo de caixa, o pagamento só foi efetivado em 15 de janeiro de 2025. Paralelamente, em 2024, a mesma Secretaria contratou um serviço de consultoria, tendo o serviço sido integralmente prestado e o respectivo empenho (R\$ 100.000,00) emitido. Contudo, devido a um extravio de documentos, a liquidação da despesa só ocorreu em fevereiro de 2025, e o pagamento em março de 2025. Considerando os fatos narrados e as normas de contabilidade pública (Lei n. 4.320/1964 e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP), assinale a alternativa correta:

- (A) A despesa de R\$ 500.000,00 relativa aos equipamentos de informática é classificada como Despesa de Exercícios Anteriores, pois o pagamento ocorreu em 2025. A despesa de R\$ 100.000,00 é um Resto a Pagar Não Processado, uma vez que a liquidação foi feita no exercício subsequente.
- (B) Ambas as despesas de 2024 são classificadas como Restos a Pagar Processados, já que o empenho foi realizado no exercício financeiro de 2024, e o pagamento só se concretizou no exercício seguinte, independentemente da fase de liquidação.
- (C) A despesa de R\$ 500.000,00 dos equipamentos é classificada como Restos a Pagar Processados, pois o empenho e a liquidação foram realizados no exercício de 2024. A despesa de R\$ 100.000,00 da consultoria deve ser inscrita como Restos a Pagar Não Processados, pois o empenho ocorreu em 2024, mas a liquidação se deu em 2025.
- (D) Ambas as despesas devem ser reclassificadas no exercício de 2025 como Despesa de Exercícios Anteriores, uma vez que o princípio da anualidade orçamentária impede que despesas de um ano sejam pagas com orçamento do ano seguinte, a menos que tenham sido inscritas como Restos a Pagar no final do exercício anterior.
- (E) A despesa de R\$ 500.000,00 é considerada Restos a Pagar Não Processados, pois a liquidação ocorreu somente no final do exercício. A despesa de R\$ 100.000,00 é classificada como Despesa de Exercícios Anteriores, uma vez que a liquidação não foi concluída no exercício do empenho.

45

A Prefeitura do Município de São Bento do Sul, na condução de um Pregão Eletrônico para a aquisição de um sistema de automação para a rede de iluminação pública, publicou o edital com uma especificação técnica detalhada, exigindo a compatibilidade com um protocolo de comunicação específico. Durante a fase de lances, a Prefeitura, por meio de um aditamento interno não publicizado, alterou essa exigência técnica para um protocolo mais genérico, o que permitiu a participação de uma empresa que não atendia à especificação original. O aditamento, que não foi divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nem no diário oficial, foi comunicado apenas a alguns licitantes. A empresa beneficiada, que apresentou o menor preço, foi a vencedora do certame. Após a homologação, a segunda colocada, que foi desclassificada por não atender ao novo requisito, recorreu administrativamente, apontando a ilegalidade do aditamento não publicizado.

Considerando os princípios e as normas da Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- (A) A Prefeitura deve revogar o processo licitatório por razões de interesse público superveniente, pois a alteração das exigências do edital configura um ato discricionário da Administração, e não uma ilegalidade formal. A empresa vencedora, agindo de boa-fé, não deve sofrer sanções.
- (B) O recurso administrativo não é o instrumento adequado para questionar a licitação nesse caso, pois a impugnação de edital deveria ter sido feita antes do certame. A Administração deve manter a decisão e a contratação, já que o princípio da economicidade deve prevalecer sobre o princípio da publicidade, uma vez que o preço obtido foi o mais vantajoso.
- (C) O procedimento licitatório é nulo, pois a falta de publicidade de uma alteração essencial do edital constitui um vício insanável. A Administração deve anular o certame, e a empresa vencedora, por ter se beneficiado da ilegalidade, está sujeita às sanções previstas na Lei n. 14.133/2021, podendo, inclusive, ser investigada por crimes em licitações caso se comprove sua participação dolosa na fraude.
- (D) A ilegalidade do aditamento não publicizado é um vício passível de convalidação pela Administração Pública, que, em nome do princípio da razoabilidade, deve permitir que a empresa vencedora adapte seu produto à especificação original. A anulação seria um ato desproporcional.
- (E) A conduta da Administração é um mero erro formal, que não afeta a essência do processo. Portanto, o certame deve ser mantido, e a empresa segunda colocada deve ser penalizada por protocolar um recurso administrativo sem fundamento, uma vez que a escolha do vencedor deve se basear exclusivamente no critério do menor preço.

Eixo Temático 4 - Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras na Administração Pública

Claudio Zorzo

46

O respeito aos princípios contábeis é a base de sustentação das normas contábeis. O Princípio que determina a escrituração do fenômeno contábil quando da ocorrência do fato gerador, independentemente da entrada ou saída de dinheiro é

- (A) da entidade.
- (B) da continuidade.
- (C) da oportunidade.
- (D) da competência.
- (E) da prudência.

47

O patrimônio Público é o conjunto dos bens, direitos que sejam portadores ou representem um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações, representados no balanço patrimonial pelo ativo, passivo e pelo patrimônio líquido. Sobre o assunto, marque um elemento que representa um ativo público:

- (A) Receitas antecipadas.
- (B) Capital social.
- (C) Equipamentos hospitalares.
- (D) Salários a pagar.
- (E) Reservas de lucro.

48

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) diminuem o patrimônio líquido, por isto são denominadas de variações quantitativas diminutivas. Marque a alternativa que apresenta uma VPD:

- (A) Compra de um veículo à vista.
- (B) Recebimento de uma doação.
- (C) Compra de um terreno a prazo.
- (D) Perda de uma máquina por sinistro.
- (E) Pagamento de uma dívida.

Eixo Temático 5 - Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento ao Cidadão

Vitor Kessler

49

A Constituição Federal de 1988 consagra o princípio da publicidade como um dos pilares da Administração Pública, sendo a transparéncia um instrumento essencial para seu cumprimento. A promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) representou um avanço nesse sentido, ao regulamentar o direito fundamental de acesso às informações públicas. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei permite o fornecimento de informações pessoais, desde que o solicitante se identifique.
- (B) O acesso à informação só será concedido mediante pagamento da taxa de produção documental.
- (C) A Administração pode se negar a fornecer a informação, mesmo que não classificada, quando houver impacto político.
- (D) O órgão público deve disponibilizar informações independentemente de solicitação, caracterizando a transparéncia ativa.
- (E) A informação pública só pode ser acessada por cidadãos brasileiros, com título de eleitor válido.

50

A administração pública brasileira tem avançado na adoção de políticas de dados abertos como forma de fomentar o controle social, a inovação e o uso da informação pública por diversos setores da sociedade. Com base nesse contexto, analise as afirmativas abaixo:

- I – Dados abertos devem estar disponíveis em formatos estruturados e legíveis por máquina, permitindo seu uso e reuso.
- II – Para que um dado seja considerado aberto, é necessário que ele seja publicado em formato digital e acessível gratuitamente.
- III – O fornecimento de dados em papel sob demanda configura prática adequada de dados abertos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

Eixo Temático 5 - Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento ao Cidadão

Maurício Franceschini

51

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que define o alcance de sua aplicação territorial da lei, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados pessoais somente se a empresa responsável estiver sediada no Brasil, independentemente do local onde o tratamento é realizado.
- (B) O tratamento de dados pessoais de indivíduos localizados no território nacional, realizado por uma empresa com sede em outro país, está submetido à LGPD.
- (C) A lei se aplica somente a operações de tratamento realizadas por pessoas jurídicas, excluindo as pessoas naturais que tratam dados para fins comerciais.
- (D) O tratamento de dados pessoais é regido pela LGPD apenas se a operação for realizada no território nacional e os dados tiverem sido coletados também no Brasil.
- (E) Consideram-se coletados no território nacional apenas os dados pessoais de brasileiros, excluindo estrangeiros que estejam no país no momento da coleta.

52

Analise as afirmativas a seguir sobre as exceções à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I – O tratamento de dados pessoais para fins exclusivamente acadêmicos não se submete à LGPD, o que significa que não é necessário observar as bases legais previstas na lei.
 - II – O tratamento de dados para atividades de investigação e repressão de infrações penais não se submete ao regime geral da LGPD, mas exige que a totalidade do banco de dados seja tratada por pessoa jurídica de direito público.
 - III – A LGPD não se aplica a dados pessoais de uma pessoa natural, desde que o tratamento seja realizado para fins estritamente particulares e sem qualquer objetivo econômico.
 - IV – Dados pessoais provenientes de um país estrangeiro não se submetem à LGPD se não houver comunicação ou transferência internacional para o Brasil, independentemente do nível de proteção de dados no país de origem.
- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
 - (B) Apenas a afirmativa II está correta.
 - (C) Apenas a afirmativa III está correta.
 - (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - (E) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

53

Em relação aos personagens que se apresentam na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, analise as afirmativas abaixo:

- I – Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II – Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.
- III – Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.

As atividades elencadas acima dizem respeito a (ao):

- (A) Operador.
- (B) Controlador.
- (C) Encarregado.
- (D) Agente de tratamento.
- (E) Autoridade nacional.

54

A respeito da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, atribua V para Verdadeiro e F para Falso às assertivas abaixo:

- () É possível valer-se da LGPD quando a coleta dos dados for realizada no território nacional.
- () A Lei não pode ser aplicada quando o tratamento de dados é realizado por pessoa física para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- () No caso de tratamento realizado para fins exclusivos de segurança pública, a Lei não pode ser aplicada.

Assinale abaixo a sequência correta, de baixo para cima:

- (A) V – V – V
- (B) V – V – F
- (C) V – F – V
- (D) V – F – F
- (E) F – F – F

55

A respeito das definições encontradas na LGPD, associe corretamente a coluna 1 com a coluna 2:

Coluna 1	Coluna 2
P - Dado anonimizado	() Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
Q - Titular	() Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
R - Dado pessoal	() Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
S - Operador	() Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Assinale a correta associação entre as definições:

- (A) P-Q-R-S
- (B) R-Q-S-P
- (C) R-P-Q-S
- (D) R-P-S-Q
- (E) R-S-Q-P

Eixo Temático 5 - Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento ao Cidadão

Josimar Padilha

56

A Secretaria de um órgão público quer avaliar a satisfação com o serviço de protocolo em 4 regionais. As equipes sugerem quatro planos:

- I – **Quotas:** 30 usuários por regional, escolhidos pelos atendentes até completar a cota.
- II – **Sistemática:** listar todos os atendimentos do dia, sortear um início entre 1 e k e entrevistar cada k -ésimo usuário.
- III – **Bola de neve:** cada usuário indica outro a ser entrevistado.
- IV – **Conglomerados em 2 estágios:** sortear aleatoriamente dias (conglomerados) proporcionalmente ao volume, e, em cada dia sorteado, sortear usuários por AAS (amostragem aleatória simples), com ponderação posterior.

Quais planos são probabilísticos?

- (A) Apenas (i).
- (B) Apenas (ii).
- (C) (i) e (iii).
- (D) (ii) e (iv).
- (E) (i), (ii) e (iv).

57

Em 12.000 processos de compras (população), deseja-se estimar o tempo médio de tramitação. Uma amostra AAS de $n = 64$ processos apresentou média amostral $\bar{x} = 5,2$ dias e desvio-padrão amostral $s = 1,6$ dia. O erro-padrão da média é um IC de 95% para o tempo médio (assuma $t_{0,975;63} \approx 2,00$) são:

- (A) EP = 0,25; IC = [4,70; 5,70]
- (B) EP = 0,20; IC = [4,80; 5,60]
- (C) EP = 1,60; IC = [1,92; 8,48]
- (D) EP = 0,20; IC = [5,00; 5,40]
- (E) EP = 0,25; IC = [4,90; 5,50]

58

Um gestor acompanha o **lead time** (dias) para concluir chamados de TI. No mês, obteve a distribuição:

Dias (x)	1	2	3	4	5
Frequência (f)	6	9	5	4	2

Média, mediana e moda dos tempos (em dia), respectivamente, são:

- (A) 2,5; 2,5; 2
- (B) 2,6; 2; 2
- (C) 2,5; 2; 3
- (D) 2,5; 2; 2
- (E) 2,0; 2; 2

59

A Gerência quer acompanhar o tempo de entrega (em dias) de um contrato de fornecimento. Historicamente, o tempo médio populacional é $\mu = 25$ dias, com desvio-padrão populacional $\sigma=6$ dias. Uma Amostra Aleatória Simples de $n = 36$ pedidos será coletada. Suponha normalidade. Qual é a probabilidade de a média amostral ficar entre 24 e 26 dias?

- (A) 57,5%
- (B) 61,8%
- (C) 68,3%
- (D) 72,9%
- (E) 84,1%

60

A coordenação quer estimar a proporção p de relatórios entregues no prazo. Para ser conservador, adote $p=1/2$ (máxima variabilidade). Deseja-se margem de erro $E= 1/20$ (5 pontos percentuais) com nível de confiança tal que possamos usar $z = 2$ (aprox. 95,45%). Amostragem aleatória simples e população infinita. Qual o tamanho da amostra?

- (A) 256
- (B) 320
- (C) 384
- (D) 420
- (E) 400

Discursiva

Andréa Cerqueira

Texto I – Constituição Federal de 1988 (Art. 37, caput e § 8º)

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

[...] A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão.

Texto II – Bresser-Pereira (1997)

A profissionalização da administração pública requer a adoção de critérios técnicos de seleção e promoção de servidores, a definição clara de metas e a responsabilização por resultados. Sem isso, a máquina pública permanece refém de práticas patrimonialistas e ineficientes.

Texto III – Relatório do Banco Mundial (2022)

A baixa capacidade institucional do Estado compromete a formulação e execução de políticas públicas. Investir na qualificação dos quadros administrativos e promover a cultura da meritocracia são passos indispensáveis para melhorar os serviços prestados à população.

Com base na leitura dos textos motivadores apresentados e em seus conhecimentos sobre a realidade da administração pública brasileira, **redija um texto dissertativo-argumentativo, em prosa, com estrutura coerente e coesa**, com no máximo 30 linhas, sobre o tema:

A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA COMO CONDIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DO ESTADO BRASILEIRO.

Seu texto deve:

- Apresentar tese clara e bem articulada;
- Mobilizar argumentos consistentes e fundamentados;
- demonstrar conhecimento sobre a organização e os princípios da Administração Pública;
- Respeitar a norma-padrão da língua portuguesa;

Atenção: Não copie trechos dos textos motivadores. Eles devem ser usados apenas como base para reflexão e desenvolvimento do seu raciocínio.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



3º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 5 - Administração (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	E	A	A	C	C	B	A	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	E	C	B	D	D	C	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	C	D	C	D	E	C	B	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	C	D	B	D	C	C	D	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A	D	B	C	C	D	C	D	D	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	C	C	A	C	D	B	D	C	E

REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.**

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

CNU - 3º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS) (PÓS-EDITORIAL)

Eixo temático 1 – Gestão Governamental e Governança Pública: estratégia, pessoas, projetos e processos

Rafael Barbosa

1

Em uma organização pública, a adoção de tecnologias de automação inteligente e inteligência artificial permitiu reduzir significativamente o tempo de execução de tarefas repetitivas, aumentar a acurácia na análise de dados e liberar profissionais para atividades mais estratégicas. Nesse contexto, o principal benefício observado está associado à (ao)

- (A) substituição completa da força de trabalho por sistemas automatizados, eliminando custos trabalhistas.
- (B) aumento da eficiência operacional e melhor alocação de recursos humanos.
- (C) eliminação definitiva da necessidade de supervisão humana nos processos.
- (D) implementação automática de decisões estratégicas sem participação humana.
- (E) redução da complexidade organizacional por meio da eliminação de todos os setores administrativos.

Letra b.

Assunto abordado: Inteligência artificial e automação de processos: potencialidades e riscos.

- (A) Errada. A automação pode reduzir a necessidade de determinadas funções, mas não implica, necessariamente, a substituição completa de toda a força de trabalho.
- (B) Certa. A IA e a automação inteligente aumentam a eficiência e permitem que os profissionais foquem em atividades de maior valor agregado.
- (C) Errada. Mesmo com automação, a supervisão humana continua necessária, especialmente para decisões críticas.
- (D) Errada. A tomada de decisões estratégicas requer análise contextual e julgamento humano, em que a IA ainda não substitui plenamente.
- (E) Errada. A automação não implica eliminação de setores, mas sim a reconfiguração dos processos internos.

2

Considere as seguintes afirmativas sobre Inteligência Artificial, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A Inteligência Artificial, apesar de ser uma tecnologia disruptiva com o potencial de mudar o mundo, deve ser utilizada e gerenciada com cautela, ante o risco de apresentar vieses.
- () A Inteligência Artificial, tanto no setor público quanto privado, possui diversas aplicações práticas, como racionalização de processos, aprimoramento do autoatendimento e sistemas de recomendações.
- () A Inteligência Artificial apresenta riscos éticos, pois é uma ferramenta que pode ser usada para otimizar processos ou destruir processos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

Letra e.

Assunto abordado: Inteligência artificial e automação de processos: potencialidades e riscos.

1ª afirmativa – Verdadeira. A Inteligência Artificial é considerada uma tecnologia disruptiva com alto potencial de transformação, mas estudos (como os publicados pelo Scielo e pelo Conselho Europeu) destacam que seu uso exige cautela para prevenir problemas como vieses algorítmicos e discriminação automatizada.

2ª afirmativa – Verdadeira. A IA possui aplicações consolidadas no setor público e privado, como automação e racionalização de processos, melhoria do autoatendimento e funcionamento de sistemas de recomendações personalizadas, conforme apontam pesquisas recentes.

3ª afirmativa – Verdadeira. Entre os riscos éticos associados à IA está justamente a possibilidade de seu uso inadequado, que pode tanto otimizar processos quanto comprometer ou até destruir fluxos produtivos e decisões organizacionais, dependendo de sua aplicação.

3

Em uma empresa de tecnologia, Joana recebeu a proposta de liderar um projeto estratégico com alta visibilidade. Antes de aceitar, ela avaliou três aspectos:

- Se teria condições técnicas e apoio da equipe para entregar um bom resultado.
- Se a entrega bem-sucedida desse projeto aumentaria suas chances de promoção.
- O quanto ela realmente desejava essa promoção, considerando seus planos pessoais e profissionais.

No contexto da Teoria da Expectância, de Victor Vroom, os aspectos avaliados por Joana correspondem, respectivamente, à

- (A) expectância, instrumentalidade e valência.
 (B) valência, expectância e instrumentalidade.
 (C) instrumentalidade, valência e expectância.
 (D) expectância, valência e instrumentalidade.
 (E) instrumentalidade, expectância e valência.

Letra a.

Assunto abordado: Teorias da motivação.

A Teoria da Expectância, formulada por Victor Vroom, é uma teoria de processo que busca explicar como as pessoas tomam decisões sobre onde e quanto esforço investir, com base em suas percepções de que o esforço levará a um bom desempenho e este, por sua vez, será recompensado.

Elá parte da premissa de que a motivação é resultado de uma escolha racional e consciente do indivíduo, e que essa escolha depende da expectativa de que seus esforços realmente resultem em desempenho e recompensas desejadas.

Três elementos centrais da teoria

Expectância: é a crença de que o esforço levará ao desempenho desejado.

- Está diretamente ligada a autoconfiança, treinamento, recursos e apoio.
- FGV cobra esse ponto em frases como “Cida acredita que, ao estudar com empenho, conseguirá o desempenho desejado”.

Instrumentalidade: é a crença de que um bom desempenho levará a uma recompensa.

- Envolve a clareza de critérios, políticas organizacionais confiáveis e promessas cumpridas.
- Quando a pessoa percebe que seu esforço não gera retorno, a instrumentalidade é considerada fraca.
- Exemplo: “Se eu atingir minha meta, receberei um bônus.”

Valência: é o valor atribuído à recompensa esperada — ou seja, o quanto ela é desejada.

- Pode variar entre indivíduos. Para alguns, dinheiro tem alta valência; para outros, pode ser tempo livre, status ou aprendizado.
- Exemplo: “Quero muito esse reconhecimento/promoção/salário, então vale a pena me esforçar.”

Desse modo, podemos concluir o seguinte:

- (A) Certa. A primeira análise de Joana refere-se à expectância (crença de que seu esforço e condições levarão a um bom desempenho); a segunda à instrumentalidade (crença de que o bom desempenho levará à recompensa); e a terceira à valência (valor atribuído à recompensa).
 (B) Errada. A sequência está trocada, associando incorretamente cada elemento.
 (C) Errada. A ordem não corresponde à sequência descrita na situação.
 (D) Errada. A segunda análise é instrumentalidade, não valência.
 (E) Errada. A primeira avaliação não é instrumentalidade, mas expectância.

4

Em uma empresa, o gerente de equipe notou que alguns funcionários têm o hábito de chegar atrasados com frequência. Para corrigir esse comportamento, ele decide:

- Aplicar advertências formais a cada atraso;
- Retirar o benefício de sair mais cedo às sextas-feiras para aqueles que acumularem três atrasos no mês;

No contexto da Teoria do Reforço de Skinner, as estratégias adotadas correspondem, respectivamente, a:

- (A) Punição e extinção.
 (B) Reforço negativo e punição.
 (C) Extinção e reforço positivo.
 (D) Punição e reforço negativo.
 (E) Reforço positivo e extinção.

Letra a.

Assunto abordado: Teorias da motivação.

A Teoria do Reforço, também chamada de Condicionamento Operante, foi desenvolvida por Burrhus Frederic Skinner, um dos principais nomes da psicologia comportamental. Essa teoria busca explicar a motivação humana com base nas consequências dos comportamentos observáveis.

Diferente das teorias cognitivas ou de conteúdo, a Teoria do Reforço não considera fatores internos (como necessidades ou percepções), mas sim o efeito que as recompensas ou punições exercem sobre o comportamento.

Princípios centrais

- Comportamentos seguidos de consequências positivas tendem a se repetir.
- Comportamentos seguidos de consequências negativas tendem a ser evitados.

Principais conceitos da Teoria do Reforço

Principais conceitos da Teoria do Reforço

Conceito	Definição
Reforço positivo	O comportamento desejável leva a uma consequência positiva .
Reforço negativo	O comportamento desejável leva à remoção de uma consequência negativa .
Punição	O comportamento indesejável leva à aplicação de uma consequência negativa .
Extinção	O comportamento indesejável leva à remoção de uma consequência positiva .

Desse modo, podemos concluir o seguinte:

- (A) Certa. Aplicar advertências é punição (comportamento indesejável seguido de consequência negativa) e retirar um benefício positivo é extinção (remoção de consequência positiva para reduzir um comportamento indesejável).
- (B) Errada. A primeira medida não é reforço negativo, pois não remove uma consequência ruim para estimular comportamento desejável; é punição.
- (C) Errada. A primeira ação não é extinção, e a segunda não é reforço positivo.
- (D) Errada. O reforço negativo envolve retirar algo ruim para estimular um bom comportamento, o que não ocorre no exemplo.
- (E) Errada. Não há reforço positivo, já que não é dada uma consequência agradável após o comportamento desejado.

5

Durante um diagnóstico organizacional, uma consultoria identificou que a empresa realiza reuniões semanais para celebrar conquistas de equipe, utiliza um espaço físico aberto para estimular a comunicação e mantém um código de vestimenta casual para reforçar a imagem de ambiente descontraído.

No modelo de níveis da cultura organizacional proposto por Edgar Schein, esses elementos correspondem a:

- (A) Pressupostos básicos, o nível mais profundo da cultura.
 (B) Valores compartilhados, o nível intermediário da cultura.
 (C) Artefatos, o nível mais superficial da cultura.
 (D) Clima organizacional, relacionado a percepções temporárias.
 (E) Símbolos de integração, que representam normas implícitas.

Letra c.

Assunto abordado: Níveis da cultura organizacional – Artefatos (nível mais visível).

Para a FGV, a cultura organizacional é o conjunto de pressupostos e crenças que influenciam no ambiente de uma organização, sendo composta por um grupo de níveis mais profundos e outros mais superficiais, definido pela literatura como **iceberg da cultura**.

Edgar Schein (apud Sobral e Peci, 2013), ao analisar os níveis da cultura, concluiu que a cultura pode ser aprendida em vários níveis:

Artefatos: referem-se a estruturas e processos organizacionais visíveis, como o vestuário, os símbolos, os logotipos, o espaço físico, a linguagem, os slogans, os padrões comportamentais etc. Os artefatos são todas as coisas que as pessoas podem ver ou ouvir no dia a dia da organização.

Valores: resultam da crença sobre o que é certo ou errado, normalmente a partir da ação original de um líder. A ação continuada é aceita como valor. São mantidos em um nível consciente e utilizados para justificar a explicar o comportamento dos membros da organização. Podem ser inferidos a partir de histórias, lendas, linguagem e símbolos.

Pressupostos básicos: crenças coletivas inconscientes, fonte original dos valores e da ação dos membros da organização. São valores tão profundamente internalizados que deixam de ter forma explícita, passando a funcionar como uma percepção não questionada da realidade. Os pressupostos básicos determinam como os membros da organização percebem, pensam e sentem. Tal como os valores, podem ser inferidos por meio de linguagem, histórias, lendas e símbolos que os membros organizacionais podem fazer uso.

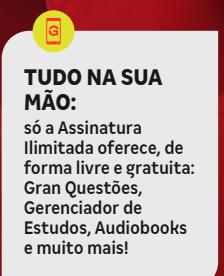
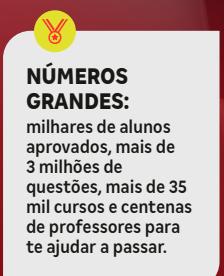
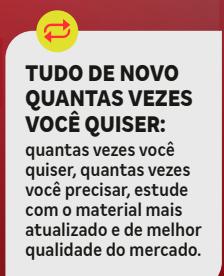
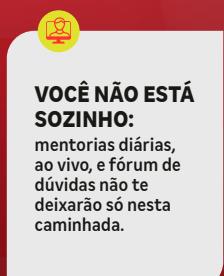
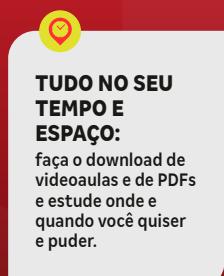
Desse modo, podemos concluir o seguinte:

- (A) Errada. Pressupostos básicos são crenças e percepções inconscientes, não elementos visíveis como vestimenta e layout.
- (B) Errada. Valores compartilhados estão num nível mais profundo, servindo para justificar comportamentos, mas não são diretamente observáveis.
- (C) Certa. Artefatos são manifestações visíveis da cultura, como o espaço físico, rituais e vestimenta.
- (D) Errada. Clima organizacional refere-se à percepção momentânea dos membros sobre o ambiente, não aos elementos fixos descritos.
- (E) Errada. Símbolos de integração não substituem a classificação formal dos níveis de cultura de Schein.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

Quero ser assinante ilimitado agora